

### **ESTADO DE PERNAMBUCO** PODER JUDICIÁRIO

### PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO 2015

Resolução do TC nº 23/2015 - Anexo XXII

## DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

## PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP

Ação	Adoção dos Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Procedimentos dos registros contábeis relacionados a receita orçametária, adequados ao novo Plano de Contas Áplicado ao Setor Público - PCASP implantados no e-Fisco	Plane de centas Aplicado ao Seter Público	Diretoria de Contabilidade	01/01/2014	Finalizado
Procedimentos dos registros contábeis relacionados a despesa orçametária, adequados ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP implantados no e-Fisco	Plane de centas Aplicado ao Seter Público	Diretoria de Contabilidade	01/01/2014	Finalizado

### PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP

1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Assessoria da Presidência	31/12/2016	Em andamento <sup>1</sup>
Normativo Conjunto interno publicado	Diretoria de Contabilidade, Diretoria Financeira, Diretoria de Gestão Funcional, Secretaria Jurídica e Corregedoria	31/12/2016	Paralisada <sup>2</sup>
	Diretoria de Contabilidade	31/12/2014	Concluído
0	encargos, multas e ajustes para perdas.  Produto  do os Lei que autorize a constituição do crédito tributário pela SEFAZ-PE  de os os Normativo Conjunto interno publicado	encargos, multas e ajustes para perdas.  Produto Responsável  Lei que autorize a constituição do crédito tributário pela SEFAZ-PE  Diretoria de Contabilidade, Diretoria Financeira, Diretoria de Gestão Funcional, Secretaria Jurídica e Corregedoria	encargos, multas e ajustes para perdas.  Produto Responsável Prazo Final  Lei que autorize a constituição do crédito tributário pela SEFAZ-PE Assessoria da Presidência 31/12/2016  Normativo Conjunto interno publicado Diretoria de Gestão Funcional, Secretaria Jurídica e Corregedoria  Ta

Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência <sup>3</sup>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
-	-	-	-	-



## PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO 2015

Resolução do TC nº 23/2015 - Anexo XXII

# DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Ação	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas <sup>3</sup>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
-	-	-	-	-
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evider exaustão; reavaliação e redução ao valor	•	espectiva dep	reciação ou
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Revisão dos normativos internos relacionados à gestão patrimonial, em confronto com a legislação Federal e Estadual	Normativo interno revisado e publicado	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2016	Iniciado <sup>4</sup>
Reconhecimento dos bens móveis	Bens móveis registrados	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2013	Concluído
Reconhecimento dos bens imóveis	Bens imóveis registrados	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2016	Em andamento
Definição dos procedimentos de mensuração dos bens móveis	Mensuração dos bens móveis definida	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2014	Concluído
Definição dos procedimentos de mensuração dos bens imóveis	Mensuração dos bens imóveis definida	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2014	Concluído
Avaliação dos bens imóveis	Bens Imóveis avaliados	Diretoria de Engenharia e Arquitetura	31/12/2016	Em andamento
Realização de inventário dos bens móveis	Bens móveis inventariados	Diretoria de Infraestrutura	01/12/2015	Concluído
Realização de inventário dos bens imóveis	Bens imóveis inventariados	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2014	Concluido
Análise dos métodos e taxas de depreciação dos bens móveis e imóveis, definidos no sistema PE- Integrado, adequados ao TJPE.	Método e taxas de depreciação dos bens móveis e imóveis definidos	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2017	Paralisado <sup>5</sup>
Registro de depreciação dos bens móveis e imóveis	Bens móveis e imóveis depreciados	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2017	Não iniciado <sup>6</sup>
Implantação no TJPE do sistema informatizado PE- Integrado, módulo gestão patrimonial, interligado ao Sistema e-Fisco Fnanceiro	Sistema PE-Integrado implantado no TJPE	Secretaria de Administração do TJPE	31/12/2017	Paralisado <sup>6</sup>



## PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO 2015

Resolução do TC nº 23/2015 - Anexo XXII

# DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex. 13º salário, férias, etc)			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para registro das provisões com folha de pagamento - férias	Metodologia para provisões sobre folha de pagamentos - férias	Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Contabilidade	31/12/2013	Concluído
Desenvolvimento de metodologia para registro das provisões com folha de pagamento - licença prêmio	Metodologia para provisões sobre folha de pagamentos - licença prêmio	Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Contabilidade	31/12/2016	Paralizada <sup>7</sup>
Desenvolvimento de metodologia para registro das provisões com folha de pagamento - 13º salário	Metodologia para provisões sobre folha de pagamentos - 13º salário	Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Contabilidade	31/12/2016	Em andamento 8
Adequação do sistema de folha de pagamento para geração de informações necessárias ao registro de provisões com férias	Sistema de folha de pagamento adequado para rotina de provisões	Secretaria de Gestão de Pessoas	31/12/2014	Concluído
Adequação do sistema de folha de pagamento para geração de informações necessárias ao registro de provisões com licença prêmio	Sistema de folha de pagamento adequado para rotina de provisões com licença prêmio	Secretaria de Gestão de Pessoas	31/12/2016	Não iniciado
Adequação do sistema de folha de pagamento para geração de informações necessárias ao registro de provisões com 13º salário	Sistema de folha de pagamento adequado para rotina de provisões com 13º salário	Secretaria de Gestão de Pessoas	31/12/2016	Não iniciado <sup>9</sup>
			!	
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenc	iação das obrigaçoes com fornece	edores por co	mpetência
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Procedimentos para reconhecimento no passivo permanente das obrigações com fornecedores por competência, por meio do Documento Hábil - DH	Registro no passivo permanente das obrigações com fornecedores por competência realizado	Diretoria Financeira e Diretoria de Contabilidade	31/12/2015	Concluido <sup>10</sup>
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência, por meio do Documento Hábil - DH	Passivo com fornecedores registrado por competência	Diretoria Financeira e Diretoria de Contabilidade	31/12/2015	Concluido <sup>10</sup>
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência 11			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
-	-	-	-	



#### PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO 2015

Resolução do TC nº 23/2015 - Anexo XXII

### DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável			
Reconhecimento e mensuração dos bens intangíveis (softwares adquiridos)	Bens intangíveis registrados	Secretaria de Tecnologia de Informação, Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabiildade	31/12/2013	Concluído
Registro da amortização dos bens intangíveis, com definição de método e taxa	Bens intangíveis amortizados	Secretaria de Tecnologia de Informação e Diretoria de Contabiildade	31/12/2013	Concluído

<sup>1</sup> Prazo final de 2015 postergado para 2016, em virtude da não inclusão do processo na pauta de julgamento do Pleno pela Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno;

Recife, 17 de março de 2016

CARLEIDE MARIA BEZERRA CONTADORA RESPONSÁVEL - CRC/PE nº 19946/O



<sup>&</sup>lt;sup>2</sup>Prazo final de 2015 postergado para 2016. Trabalho paralisado aguardando a aprovação do projeto de alteração da Lei nº 11.404/96;

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Não vislumbramos essa ação neste Poder;

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup>Prazo final de 2015 postergado para 2016. Trabalho de revisão iniciado com minuta esboçada, pendente de análise;

<sup>5</sup> Prazo final de 2015 postergado para 2017. Análise paralisada em função da necessidade de verificação se as taxas e método a serem definidos no PEIntegrado estão adequados à realidade do TJPE;

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup>Prazo final de 2015 postergado para 2017. Implantação do sistema informatizado supensa, aguardando definição da gestão;

<sup>7</sup> Prazo final de 2016 mantido em relação ao de 2014 em obediência à Portaria STN nº 548/2015. Discussões interrompidas face as demandas para implantação da progressão funcional dos servidores do Poder:

Prazo final de 2015 postergado para 2016. Procedimentos necessários para adequação do sistema da folha de pagamento não finalizados em virtude das demandas de implantação de progressão funcional dos servidores:

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup>Prazo final de 2015 postergado para 2016. Procedimentos dependentes das definições do cálculo do 13º salário;

<sup>10</sup> A ação anterior nominada "Implantação no TJPE do sistema informatizado PE-Integrado para registro de obrigação por competência interligado ao Sistema e-Fisco Financeiro" foi subtituída devido aos avanços internos na busca pelo registro das obrigações por competência. Contudo, caso o Poder venha aderir a ferramenta, o processo se tornará mais ágil e eficaz, vez que será interligado ao sistema e-Fisco. Ação considerada concluída;

<sup>11</sup> Não vislumbramos essa ação neste Poder. Ressalte-se que a Portaria STN nº 548/2015 não estabeleceu prazos para essas ações, mas informou que serão definidos em Ato Normativo Próprio.